



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Classes, Desigualdades e Políticas Públicas [ST]

CLASSES SOCIAIS EM MUDANÇA: UM OLHAR FOCADO NA EUROPA DO SUL

MAURITTI, Rosário

Doutoramento em Sociologia

ISCTE-IUL, CIES-IUL

rosario.mauritti@iscte.pt

MARTINS, Susana da Cruz

Doutoramento em Sociologia

ISCTE-IUL, CIES-IUL

susana.martins@iscte.pt

NUNES, Nuno

Doutoramento em Sociologia

ISCTE-IUL, CIES-IUL

nuno.nunes@iscte.pt

COSTA, António Firmino da

Agregação em Sociologia

ISCTE-IUL, CIES-IUL

antonio.costa@iscte.pt

Resumo

Esta comunicação analisa os processos de recomposição estrutural que atravessam a Europa do Sul (Espanha, Grécia, Itália e Portugal) numa perspetiva que enfatiza o posicionamento relativo da região na União Europeia como um todo. A análise desenvolvida, referenciada empiricamente na exploração de um conjunto selecionado de indicadores estatísticos do Eurostat (Inquérito ao Emprego e Censos), procura destacar algumas das principais manifestações de desigualdades sociais contemporâneas, delimitadoras de condições de vida e de bem-estar. Procura-se produzir contributos para o desafio de renovação de quadros teóricos e propostas operatórias de conceptualização de tipologias classificatórias e indicadores que permitam um entendimento mais complexo e abrangente desses fenómenos. Nesta ótica, confere-se particular atenção a protagonismos emergentes em processos quer de polarização, quer de complexificação de posicionamentos sociais, envolvendo diferentes segmentos, segundo as condições formais de inclusão laboral e os perfis de qualificação, por género e grupo de idade. Os principais indicadores considerados são relativos à condição perante a atividade económica, emprego, profissões, qualificações, e condições individuais de acesso a recursos e oportunidades de vida. Este estudo enquadra-se num programa de investigação mais vasto, que toma a perspetiva das classes sociais como núcleo de problematização e análise, e que se tem debruçado principalmente sobre o espaço europeu.

Abstract

This paper analysis the processes of structural reconfiguration crossing southern European countries (Greece, Italy, Portugal and Spain), from a perspective that emphasizes the relative positioning of the region in the European Union as a whole. The analysis is empirically referenced in the exploration of indicators of official statistical sources in Europe (mainly data from the Labour Force Survey and the Census), and it seeks to highlight some of the major manifestations of contemporary social inequality, living conditions, insertion in the labour market and well-being. The presentation aims to respond to the needs of renovated frameworks, both theoretical and substantive, in order to make new contributions to the definition of classificatory typologies and indicators that may allow for a more complex and comprehensive understanding of these phenomena. In this approach, we give particular attention to emerging protagonists in processes of, both, polarization and complexification of social positions, involving different segments, according to the formal conditions of labour inclusion and qualifications profiles, by gender and age group. The main indicators are related to economic activity, employment, occupations and qualifications, and individuals conditions of access to resources and life opportunities. This study is framed in a research program, which takes the perspective of social classes as the core of problematization and analysis, focusing a comparative perspective within UE.

Palavras-chave: desigualdades sociais; tipologias de classificação; comparação europeia.

Keywords: social inequalities; classificatory typologies; European comparisons.

Nas dinâmicas de transformação do espaço social europeu, uma das mais relevantes manifestações de mudança prende-se com as recomposições nas estruturas socioprofissionais, em grande medida alicerçadas num alargamento dos sistemas de credenciação escolar e na requalificação dos conteúdos associados aos exercícios profissionais (Costa e outros, 2000; Costa, Machado e Almeida, 2007; Rodrigues, Oliveira e Carvalho, 2007; Martins, 2010). Estes, cada vez mais ajustados aos horizontes contemporâneos de uma sociedade da informação e do conhecimento, convergindo com as estratégias e protagonismos de novos estilos de vida das classes médias em expansão (Florida, 2002; Bennet e outros, 2009; Goux e Maurin, 2012). Urbanização ou mesmo incorporação das cidades de maior dimensão em centros metropolitanos, assim como a expansão da “servicialização” (Almeida, 2004), materializam o contexto cosmopolita que é exigido para a prossecução acelerada das mudanças em curso.

No plano das reestruturações no mundo laboral, a crescente flexibilização e descentralização das formas de gestão, a individualização e diversificação das relações de trabalho, frequentemente associadas a tendências consolidadas de incorporação massiva das mulheres na força de trabalho, concomitantes com um alargamento e intensificação da integração global dos mercados financeiros e da concorrência económica, consubstanciam alguns dos principais mecanismos a partir dos quais se desenham e complexificam as configurações que hoje delimitam as condições desiguais de distribuição de recursos e inclusão e participação ativa no trabalho e na sociedade (OIT, 2014).

Nesta linha problemática, a abordagem desenvolvida nesta apresentação, admite a relevância da perspetiva das classes sociais, operacionalizada por referência à tipologia proposta por Almeida, Costa e Machado (Costa, 1999; Machado e outros, 2003; Costa, Machado e Almeida, 2007). Procuramos, desta forma, analisar os processos de recomposição social que podem ser observados na União Europeia, com um foco especial no sul da Europa, usando um conjunto limitado, mas importante, de indicadores socioprofissionais e socioeducacionais. Estes são, assim, aqui assumidos como ferramentas conceptuais e analíticas cruciais na identificação e interpretação dos sistemas estruturados de diferenças e desigualdades sociais contemporâneas. A referência empírica da análise é a informação estatística fornecida pelo Eurostat (inquérito ao emprego, e censos, vários anos).

1. Reconfigurações socioprofissionais

Ao longo da última década, é importante destacar a consolidação da convergência estrutural no peso relativo das classes sociais, quer na Europa do Sul, quer na União Europeia como um todo (ver figura 1).

Se atendermos ao conjunto da UE, o processo estrutural mais saliente remete para a consolidação da categoria de classe dos profissionais, técnicos e de enquadramento intermédio (PTE): envolvendo, no essencial, assalariados de uma nova classe média, caracterizados por perfis melhorados de qualificação técnica, científica e cultural, assim como profissionais com posicionamentos de chefia e enquadramento intermédio nas hierarquias organizacionais.

No período em referência (2002 a 2012) os PTE são o único segmento que apresenta tendências de crescimento relativo no todo das distribuições. Em convergência com os resultados de pesquisas anteriores (Costa e outros, 2000; Mauritti, Martins e Costa, 2004), o incremento da escolarização de nível superior, especialmente das mulheres, teve um contributo decisivo no crescimento das categorias socioprofissionais aqui presentes, cujo acesso está cada vez mais fechado aos detentores de altos níveis de educação formal.

No geral, todos os países da Europa do sul em referência seguem esta mesma tendência, ainda que com algum atraso relativo.

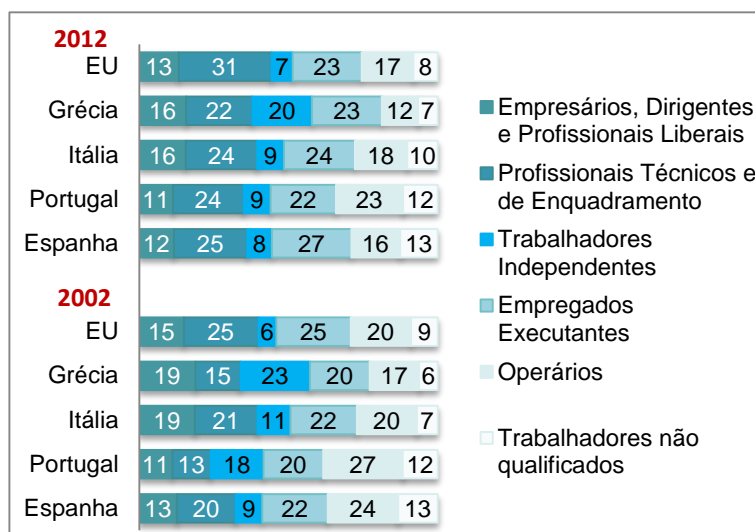


Figura 1 – Recomposições socioprofissionais, UE e Europa do Sul, 1992-2012 (%). Fonte: Eurostat, Inquérito ao emprego.

A análise dos restantes segmentos de classe formados por trabalhadores assalariados em atividades de base da indústria e dos serviços administrativos, comerciais, pessoais e segurança, caracterizados por perfis qualificacionais baixos e intermédios, e pela sua condição de subordinação face aos poderes hierárquicos – aqui diferenciados em três categorias: empregados executantes, operários e trabalhadores não qualificados –, salienta, nos países do sul, a diminuição de atividades manuais, tradicionalmente mais masculinas, exercidas na indústria e na agricultura; enquanto a proporção de empregados executantes (envolvendo principalmente as mulheres), mostra ainda uma variação de sentido positivo (ao contrário do registado no todo da UE).

De destacar, também nos países do sul da Europa, a manutenção ou até mesmo aumento, no caso da Itália, do segmento dos trabalhadores não-qualificados. Neste conjunto de países, a Grécia diferencia-se pela preponderância das categorias de independentes e de empresários dirigentes e liberais, dinâmicas neste contexto territorial intimamente relacionadas com a atividade agrícola e com empreendedorismos locais ligadas ao turismo, ambos atualmente em grande declínio. Portugal é o país que regista o maior incremento do peso de PTE, e Espanha apresenta uma dinâmica de crescimento quer no assalariamento qualificado, quer no trabalho de rotina, predominantemente feminino, vinculado à prestação de serviços administrativos, vendas, apoio social e de segurança.

2. Recomposições estruturais e qualificações

Na atualidade, a educação formal é um dos mecanismos mais decisivos tanto de organização dos quotidianos e dos trajetos de vida pessoais, como de configuração das sociedades e dos seus processos de desenvolvimento. As características educacionais delimitam em grande medida os processos através dos quais as distribuições desiguais de recursos, poder e as oportunidades são estruturados, condicionando e fortalecendo a vida social dos indivíduos de maneiras diferentes, e contribuindo de uma forma cada vez mais acentuada para a estruturação de relações de classe (cf. Costa e outros 2000; Costa 2012).

Assim, mesmo atendendo a que os níveis de educação não são, de facto, o único recurso socialmente significativo nessa diferenciação estrutural, eles tornaram-se dos mais importantes e, possivelmente, dos que têm tido impactos mais profundos e de longo alcance sobre a reconfiguração do espaço social.

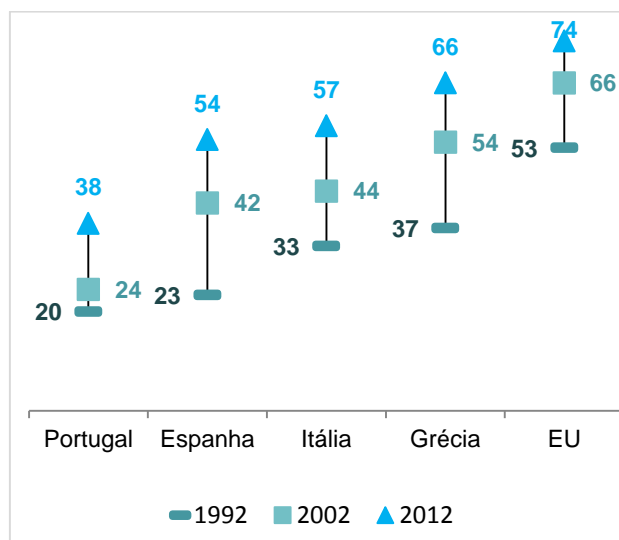


Figura 2 – População com pelo menos o ensino secundário (25 a 64 anos), UE e Europa do sul, 1992-2012 (%). Fonte: Eurostat, Inquérito ao emprego; Portugal, Censos 2011.

Na figura 2, podemos observar como os níveis de educação são distribuídos para a população europeia em geral, e nos países do sul da Europa, em particular. Na análise da distribuição vale a pena destacar os seguintes aspetos:

- Em primeiro lugar, note-se que no todo da UE cerca de $\frac{3}{4}$ da população adquiriu pelo menos o ensino secundário. Tal representa uma Europa cujas qualificações (aqui expressas na educação formal) são amplamente generalizadas. É importante ainda realçar que os níveis de ensino cresceram mais moderadamente na última década em comparação com a anterior (em relação a 1990).
- No contexto da UE, a Europa do Sul demarca-se neste indicador por um relativo défice educacional. Nos países em referência, o que mostra um perfil educacional mais próximo dos padrões europeus é a Grécia (onde quase 68% da população tem pelo menos o ensino secundário). Por outro lado, Portugal é o país que apresenta o maior distanciamento em relação à Europa (já verificado noutros trabalhos Costa e outros, 2000; Martins, 2005; Martins, 2012; Mauritti, Martins, e Costa, 2004), já que apenas cerca de 40% de sua população adquiriu pelo menos o ensino secundário.
- Entre os países do sul, Espanha regista o maior crescimento relativo, ao longo dos últimos 20 anos. Portugal, apesar de ser o país com posicionamentos mais débeis na origem, é também neste contexto territorial o que cresceu menos. No entanto, ao contrário dos outros, foi na última década que Portugal expandiu mais intensamente as taxas de escolarização a partir do limiar do secundário.

Complementando esta análise, na figura 3 damos conta de processos de recomposição da educação na União Europeia e nos países da Europa do Sul em referência.

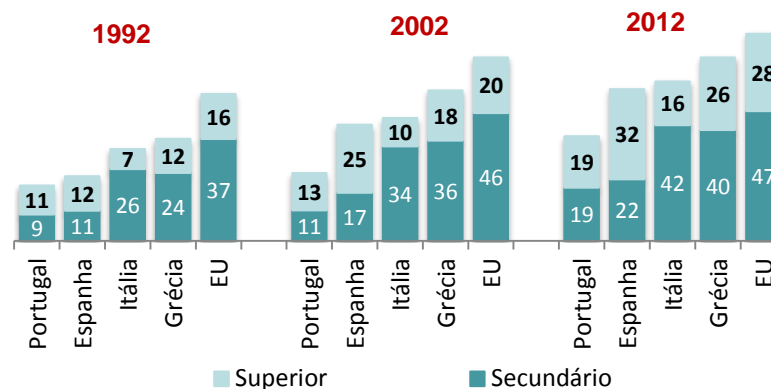


Figura 3 – Perfis de escolarização (25 a 64 anos), UE e Europa do sul, 1992-2012 (%). Fonte: Eurostat, Inquérito ao emprego; Portugal, Censos 2011.

Destacam-se a propósito os seguintes aspetos:

- Quase metade da população europeia (entre 25 e 64 anos) tem o ensino secundário completo, e mais de um quarto concluiu o ensino superior. Ao longo dos últimos 20 anos, o segmento de diplomados do ensino superior cresceu quase 12% e a certificação do ensino secundário aumentou 10% - esta é uma expansão muito significativa neste período de tempo, sendo o crescimento no ensino secundário mais incidente na década de 90, e o crescimento do ensino superior mais relevante no último período. Portugal é aqui uma exceção: as tendências de crescimento são mais marcantes na última década do que na anterior. Espanha, embora também tenha crescido mais na década de 1990, mostra um aumento que é muito mais perceptível na certificação ao nível do ensino superior. Quanto a Grécia e Itália seguem as tendências registadas no todo da UE.
- A análise da composição dos níveis de ensino em cada um dos países da Europa do sul permite-nos observar diferenças interessantes. Itália e Grécia – em linha com a UE – assumiram o ensino secundário como uma prioridade estratégica. Espanha, pelo contrário, tem priorizado a certificação a nível do ensino superior (32%, bem acima do valor UE). Portugal tem segmentos iguais de população certificados com o ensino secundário e ensino superior.

A figura 4 enfatiza a análise das tendências de recomposição social, com base no crescimento das qualificações. Na análise destes dados, assinalam-se dois perfis profissionais muito contrastantes no que diz respeito à posse de recursos educacionais.

Em primeiro lugar, relativamente aos Profissionais e Técnicos e de enquadramento intermédio, podemos destacar os seguintes aspetos:

- 95% têm pelo menos o ensino secundário e entre eles, dois terços detêm o ensino superior. Isto significa que estas certificações são essenciais para o acesso a estas profissões.
- Importa realçar que mesmo os países com grandes défices educacionais – como Portugal e Espanha – não apenas acompanham, como até mesmo excedem, claramente, na comparação com a UE, a percentagem de ensino superior nestes grupos profissionais. Apenas em Itália os indivíduos com ensino superior estão abaixo do limiar observado na União Europeia (46% em Itália, face a 63% na UE).
- De notar ainda que os trabalhadores em assalariamento dos grupos profissionais incluídos na posição de classe dos PTE (grupos 2 e 3 da ISCO08; CPP2010) não protagonizam das suas características fortes processos de recomposição de ensino nos últimos 20 anos – embora seja em Itália e Portugal que aqueles são mais evidentes. Tal deve-se ao facto de o ponto de partida envolver um segmento muito qualificado em termos de inserções profissionais (muito exigente em termos de certificação escolar).

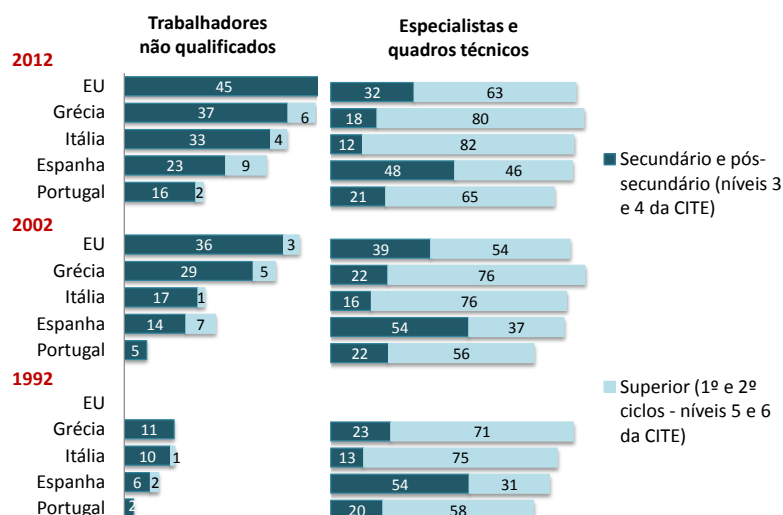


Figura 4 – Perfis de escolarização de algumas profissões, UE e Europa do sul, 1992-2012 (%). Fonte: Eurostat, Inquérito ao emprego; Portugal, Censos 2011.

Em relação aos trabalhadores que exercem profissões “não qualificadas” (grupo 9 da ISCO08 e CPP2010), os dados fornecem indicações muito diferentes quando comparados com o agrupamento anterior:

- É evidente uma tendência de forte recomposição social deste agrupamento ao longo dos últimos 20 anos.
- Se o mesmo, em 1992, não incluía pessoas com o ensino secundário ou mais (especialmente em Portugal e Espanha); em 2012 um processo de extensão da educação no grupo é bastante claro e perceptível.
- Na Grécia há um aumento de 30% no número de indivíduos com inserção neste grupo que têm pelo menos o ensino secundário.
- Não obstante a percentagem de indivíduos com educação superior é bastante reduzida. No todo da UE envolve cerca de 5% de diplomados; Espanha é o país que apresenta o valor mais elevado, com 9%; enquanto em Portugal aqueles não excedem os 2%.

3. Recomposições estruturais e empregabilidade

Outro dos parâmetros fundamentais que delimitam os processos de recomposição social na UE, desde meados da década de 1980, remete para a evolução das taxas de empregabilidade.

A figura 5 fornece esses dados, por sexo, para o grupo etário dos 25 aos 64 anos, onde incide atualmente o segmento modal da população “potencialmente empregável”, tendo em conta o prolongamento dos anos que hoje os jovens tendem a despende quer nas atividades de educação inicial, quer também nas experiências de transição material e social para a vida adulta – tal particularmente nos países do sul da Europa, devido ao forte incremento do desemprego jovem, ao subemprego, bem como à ausência de requisitos para a sua autonomia financeira.

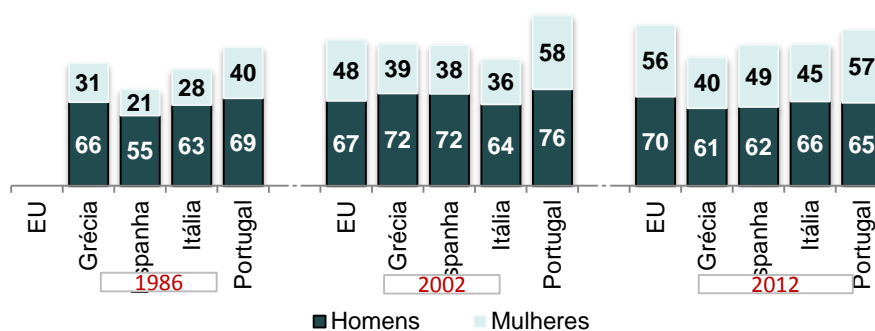


Figura 5 – Taxa de emprego por sexo (25 a 64 anos), UE e Europa do sul, 1986-2012 (%). Fonte: Eurostat, Inquérito ao emprego; Portugal, Censos 2011.

Refletindo um desequilíbrio crescente, agravado com a crise atual, entre contribuintes ativos e inativos ou subsidiários do Estado (incluindo, portanto, os desempregados), a taxa de emprego no escalão de idades dos 25 a 64 anos está em declínio, com maior intensidade nos países do sul da Europa, enquanto na UE como um todo é ainda observável uma tendência, relativamente expressiva, de crescimento.

De assinalar que em Espanha, Itália e Portugal a queda observada das taxas de emprego só não é mais pronunciada graças ao protagonismo das mulheres, que nestes contextos reforçam ou pelo menos estabilizam (Portugal) sua participação no emprego, compensando assim a menor mobilização dos homens.

Num sentido convergente, a Figura 6 dá ênfase no papel da educação nas taxas de emprego das mulheres e dos homens. Em cada sexo, os dados são ordenados de acordo com a preponderância da taxa de emprego nos diversos segmentos de ensino, em 2012.

Em ambos os sexos, a taxa de emprego é mais elevada nos segmentos mais qualificados (Classificação Internacional Tipo da Educação 5 e 6, envolvendo pessoas com pelo menos o ensino superior).

Neste nível de ensino, as diferenças de comportamento em relação a taxa de emprego de homens e mulheres são bastante atenuadas, sugerindo que a educação das mulheres tem sido um dos principais impulsores das mudanças nesta área.

Note-se ainda que, em 2012, Espanha é o único país do conjunto aqui em referência que apresenta uma distribuição de taxas de emprego feminino abaixo do limiar observado na UE.

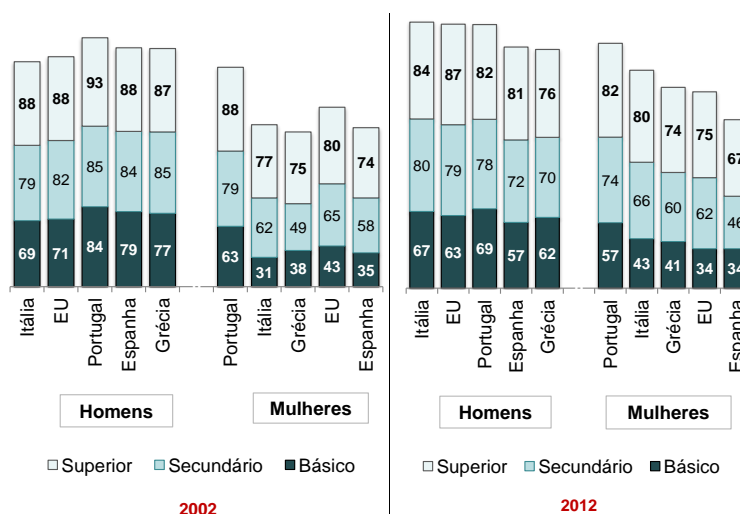


Figura 6 – Taxa de emprego por níveis educacionais (25 a 64 anos), UE e Europa do sul, 1986-2012 (%). Fonte: Eurostat, Inquérito ao emprego; Portugal, Censos 2011.

Nas figuras 7 e 8 apresentam-se indicadores adicionais para aferir a qualidade dos vínculos laborais subjacentes aos números do emprego, antes assinalados. Referiu-se atrás que a contemporaneidade é marcada no plano das relações laborais por tendências fortes de flexibilização e individualização, frequentemente, vividas no plano das experiências individuais como instabilidade económica e risco acrescido de colapso social e desesperança ou ausência de projetos face ao futuro (Alves e outros, 2011). Tais mutações representam, igualmente, a outra face do desmoronamento, quer do modelo de pleno emprego, quer do trabalho a tempo inteiro, permanente e seguro, repercutindo-se fortemente no incremento de novas desigualdades sociais.

De um ponto de vista sociológico, tais protagonismos podem ser entendidos como indicadores de experiências de precariedade laboral (Paugam, 2000). Este, um fenómeno complexo e multidimensional – com contornos económicos, sociais e jurídicos – e que sugere a ideia de emprego transitório, instável, com horários irregulares, empregadores múltiplos (sucessivos ou simultâneos), e com rendimentos variáveis, frequentemente, desprovidos de direitos sociais (muitas vezes transmutados no discursos mediático e político em “regalias sociais”) associados ao trabalho assalariado.

Os dados aqui em referência revelam que os fatores de risco associados a estas situações apresentam variações expressivas segundo o género e o agrupamento profissional.

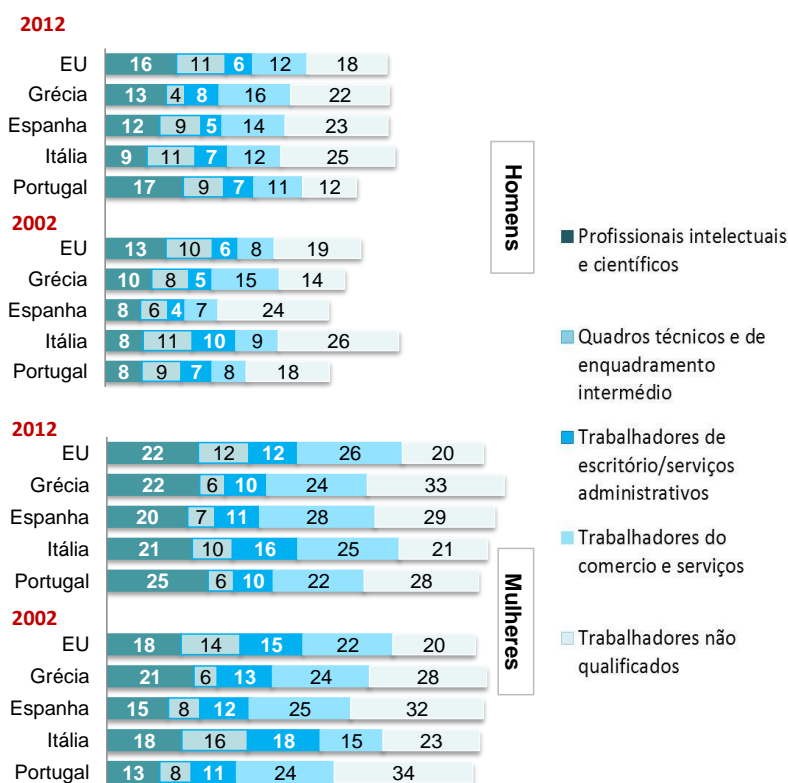


Figura 7 – Trabalho temporário por profissão e sexo (25 a 64 anos), UE e Europa do sul, 1986-2012 (%).
Fonte: Eurostat, Inquérito ao emprego.

A figura 7 destaca o percentual de trabalho a termo certo ou “trabalho temporário” em diversas profissões de serviços, por sexo.

Como podemos observar, independentemente do agrupamento profissional, o trabalho temporário é sempre prevalente nas mulheres.

Em ambos os sexos, as profissões elementares são as mais afetadas. Isto, apesar de não ser desprezível o peso de trabalho temporário nos segmentos de profissionais qualificados. Particularmente em Portugal, Grécia e Espanha, o Estado, atualmente em retração, tem sido até um passado recente o maior empregador (Botelho e outros 2014). A necessidade de se ajustar a um contexto incerto e mutável dita que as poucas soluções profissionais, mesmo nos segmentos mais qualificados (como é o caso de professores, investigadores e especialistas afins) concorram no sentido da precarização dos laços laborais.

A figura 8 apresenta então dados sobre o trabalho a tempo parcial de homens e mulheres, no segmento de idades de 25 e 64 anos. Também aqui se evidenciam novamente algumas das características já mencionadas, tais como: a feminização e a incidência do fenómeno no trabalho não qualificado.

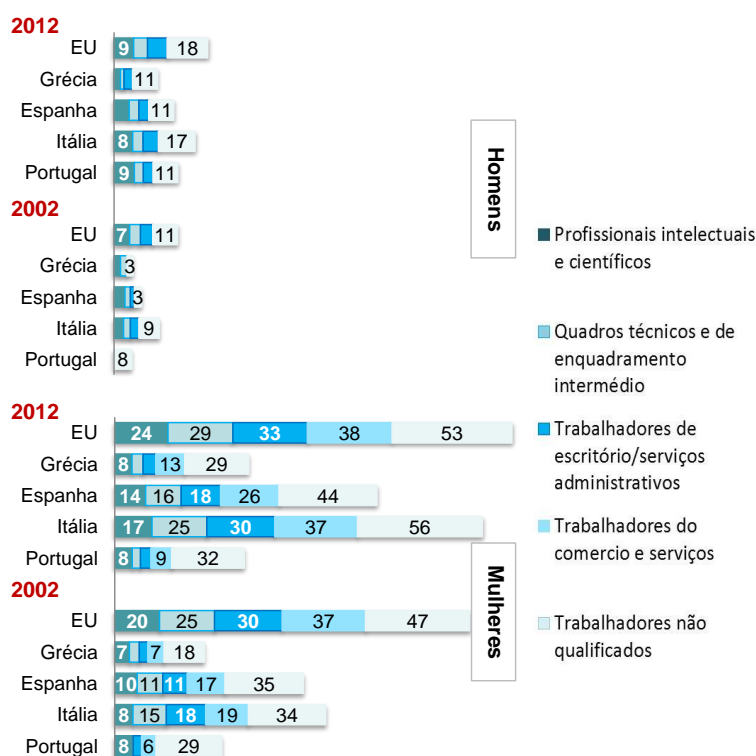


Figura 8 – Trabalho a tempo parcial segundo a profissão e sexo (25 a 64 anos), UE e Europa do sul, 1986-2012 (%). Fonte: Eurostat, Inquérito ao emprego.

Especialmente na distribuição do sexo feminino, percebe-se a importância das qualificações: as experiências de trabalho a tempo parcial são claramente menos incidentes no agrupamento dos profissionais técnicos e científicos.

A comparação entre 2002 e 2012, salienta que este tipo de alocação de tempo para o trabalho tende a aumentar, em grande parte associado a orientações de conciliação, pelos jovens do sul, de atividades de estudo e de trabalho, denotando pois a adesão a comportamentos que, nesses países, até recentemente, seria mais atenuada.

Com exceção de Portugal, que desde meados do século passado mostra uma elevada taxa de atividade feminina, o aumento do trabalho a tempo parcial está ainda relacionado com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, onde este tipo de dedicação pode também ser visto como uma orientação adaptativa de procura sustentada de conciliação entre trabalho e vida pessoal e familiar.

Nas experiências diversificadas aqui em presença podemos denotar assim respostas adaptativas a um conjunto complexo de fatores, ligados, simultaneamente, quer com orientações individuais quer com constrangimentos e oportunidades estruturais – nomeadamente enquadrados nos diferentes tipos de estado providência e nas condições económicas e sociais específicas a cada região, ou ainda, nas atitudes e normativas culturais sobre os papéis de género.

Referências bibliográficas

- Almeida, Paulo Pereira de (2004), "A servicialização do trabalho: perspectivas e tendências", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 44, pp. 83-107.
- Alves, Nuno de Almeida, Frederico Cantante, Inês Baptista e Renato Miguel do Carmo (2011), *Jovens em Transições Precárias: Trabalho, Quotidiano e Futuro*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Bennett, Tony, Mike Savage, Elisabeth Silva, Alan Warde, Modesto Gayo-Cal e David Wright (2009), *Culture, Class, Distinction*, Londres & Nova Iorque, Routledge.
- Botelho, Maria do Carmo, Rosário Mauritti, Nuno Nunes e Daniela Craveiro (2014), "A mão esquerda e a mão direita do Estado português: que atuais tendências?", *Observatório das Desigualdades*, ISCTE-IUL, CIES-IUL, <http://wp.me/p4h6tu-ki>.
- Costa, António Firmino da (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2007), "Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional", em António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, e Patrícia Ávila (orgs.), *Sociedade e Conhecimento (Portugal no Contexto Europeu, vol. II)*, Oeiras, Celta, pp. 5-20.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-43.
- Florida, Richard (2002), *The Rise of the Creative Class*, Nova Iorque, Basic Books.
- Goux, Dominique, e Éric Maurin (2012), *Les Nouvelles Classes Moyennes*, Paris, Seuil/ La République des Idées.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Suzana da Cruz Martins, José Luís Casanova, e João Ferreira de Almeida (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.
- Martins, Susana da Cruz (2005), "Portugal, um lugar de fronteira na Europa: uma leitura de indicadores socioeducacionais", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, pp. 141-161.
- Martins, Susana da Cruz (2010), *Educar (n)a Europa: Contextos, Recursos e Percursos de Escolarização*, Lisboa, Departamento de Sociologia do ISCTE-IUL (Tese de Doutoramento).
- Martins, Susana da Cruz (2012), *Escolas e Estudantes da Europa: Estruturas, Recursos e Políticas de Educação*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Mauritti, Rosário, Susana da Cruz Martins, e António Firmino da Costa (2004), "Classes sociais numa perspectiva comparada: estruturas europeias actuais e instrumentos de análise", *V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção*, Braga, APS.
- OIT (2014), *World of Work Report 2014: Developing With Jobs*, Genebra, International Labour Office.
- Paugam, Serge (2000), *Le Salarié de la Précarité : Les Nouvelles Formes de l'Intégration Professionnelle*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, Luísa Oliveira, e Helena Carvalho (2007), "Profissionais Qualificados e Sociedade do Conhecimento", em António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, e Patrícia Ávila (orgs.), *Sociedade e Conhecimento (Portugal no Contexto Europeu, vol. II)*, Lisboa, Celta Editora, pp. 103-121.